

# Ouvidoria Geral de Justiça

## Tribunal de Justiça de Pernambuco

# Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Decisões judiciais

Atos normativos

**Compilado do mês de abril de 2021**

**Diagramação**

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA  
GERAL



TJPE

# Decisões judiciais

## TRIBUNAIS SUPERIORES

- Cessão fiduciária

STJ decide ser possível a substituição de penhora em dinheiro (em uma execução fiscal) por fiança-bancária ou seguro-garantia, mesmo sem a anuência da Fazenda Pública.

- Contratos de locação

Locação por Airbnb não é residencial e pode ser vedada por condomínio.

- Construção de bem imóvel

Cônjuge não evita leilão de imóvel causado por condenação por improbidade.

- Controle de constitucionalidade

STF mantém missas e cultos proibidos em São Paulo.

Em falência, restituição por adiantamento em contrato cambial é legítima.

Lei que proíbe nomeação de condenados pela Maria da Penha é válida.

STF fixa prazo decadencial para anulação de atos administrativos em SP.

STF reafirma que é constitucional proibição de aumentos com pessoal na epidemia.

STF conclui debate sobre validade de dispositivos da lei de falências.

- Contratos de plano de saúde

Plano de saúde não pode recusar pagamento de redução de mamas.

Beneficiária de plano de saúde que contratou hospital deve arcar com despesa após negativa da operadora.

STJ reafirma caráter exemplificativo do rol de procedimentos obrigatórios para planos de saúde.

- Direitos autorais

Músicas ouvidas por motorista de ônibus não se enquadram nas exceções de ofensa aos direitos autorais.

- Direito da Criança e do Adolescente

STJ admite rescisão de sentença de adoção de menor que se arrependeu e fugiu.

- Direito das Sucessões

Falta de citação da companheira leva Terceira Turma a anular partilha e aplicar Tema 809 do STF.

- Direito de família

Companheira tem direito à divisão dos aluguéis de imóvel exclusivo do falecido apenas até a data do óbito.

- Direito empresarial

Membro pode se retirar de sociedade limitada mesmo que sem justificativa.

- Honorários

Cabem honorários para a Defensoria em ação contra empresa pública do DF.

Em renegociação de dívida de crédito rural pela Lei 13.340/2016, cada parte responde pelos honorários de seu advogado.

- Previdência privada

Inadimplência longa tira direito a recebimento em plano de previdência.

- Questões processuais

Intimação do executado para pagamento não tem conteúdo decisório e é irrecorrível.

Questões preliminares e de mérito na apelação devem ser votadas em separado, sob pena de nulidade.

Seguro-garantia traz mais eficiência e tranquilidade ao processo de execução.

Indenização do DPVAT é impenhorável como o seguro de vida.

Cabe ao executado provar que pequena propriedade rural é explorada em regime familiar.

Prazo para cumprimento da primeira fase da prestação de contas tem início com intimação da defesa.

Acordo antes da sentença não dispensa recolhimento de taxa judiciária prevista em lei estadual.

- Responsabilidade civil

STJ mantém condenação por acidente definida com ajuda de enciclopédia on-line.

- Saúde

É mantido prazo para que Anvisa decida sobre importação da vacina russa contra o Coronavírus.

- Usucapião

Falta de registro do compromisso de compra e venda de imóvel não veda reconhecimento da usucapião.

## OUTROS TRIBUNAIS

- Contratos bancários

Banco deve suspender cobrança de financiamento em razão da pandemia.

Pandemia, por si só, não justifica revisão de contrato de financiamento.

# Atos normativos

## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

#### **ATO Nº 308 DO TJPE, DE 7 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI A 1ª PAUTA CONCENTRADA DE SESSÕES VIRTUAIS DE CONCILIAÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC DA CAPITAL - “AÇÃO ACORDO LEGAL TJPE/COMPESA”, EXERCÍCIO 2021, A SER REALIZADO PELOS CONCILIADORES DA CENTRAL DE AUDIÊNCIAS, COM O APOIO DA GERÊNCIA DE DEMANDAS REPETITIVAS E GRANDES EVENTOS – GDR, DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - NUPEMEC; DEFINE PERÍODO, LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DE CONCILIAÇÃO E DEMAIS ATIVIDADES; DESIGNA MAGISTRADOS E SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Atos conjuntos

#### **ATO CONJUNTO Nº 16 DO TJPE, DE 30 DE MARÇO DE 2021**

RETOMA O CURSO DOS PRAZOS DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS DE NATUREZA CÍVEL, INFRACIONAL E CRIMINAL, A PARTIR DE 05 DE ABRIL DE 2021; MANTÉM VIGENTES AS REGRAS DEFINIDAS NO ATO CONJUNTO Nº13, DE 16.03.2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### **ATO CONJUNTO Nº 18 DO TJPE, DE 30 DE MARÇO DE 2021**

RETOMA, A PARTIR DE 01 DE MAIO DE 2021, O CURSO DOS PRAZOS DOS PROCESSOS FÍSICOS ENVOLVENDO RÉU PRESO E ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI INTERNADO, EM TRÂMITE NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º E 2º GRAUS DO PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO; MANTÉM SUSPENSOS OS DEMAIS PRAZOS RELATIVOS A PROCESSOS FÍSICOS, ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 6 DO TJPE, DE 19 DE ABRIL DE 2021**

DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 10 DO TJPE, DE 19 DE ABRIL DE 2021**

IMPLANTA A 4ª ETAPA DO CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO MÓDULO CRIMINAL E INFRACIONAL DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO-PJE, NOS TERMOS DO ATO TJPE Nº 26, DE 13 DE JANEIRO DE 2021 (DJE 10/2021, DE 15.01.2021) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Instruções normativas conjuntas

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 4 DO TJPE, DE 26 DE MARÇO DE 2021**

INSTITUI E REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO, A CRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE VIDEOCONFERÊNCIA DENOMINADA “BALCÃO VIRTUAL”.

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 5 DO TJPE, DE 31 DE MARÇO DE 2021**

PRORROGA O PRAZO DE CADASTRAMENTO DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS ESTABELECIDO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 25, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

- Notas de esclarecimento

#### **NOTA DE ESCLARECIMENTO, DE 8 DE MARÇO DE 2021**

ESCLARECIMENTO ACERCA DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS PELO SICAJUD.

- Notas técnicas

#### **NOTA TÉCNICA Nº 1 DO TJPE, DE 22 DE ABRIL DE 2021**

DIVULGA ORIENTAÇÕES PARA O CORRETO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS DEVIDAS AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

- Ofícios circulares

#### **OFÍCIO CIRCULAR Nº 26 DO TJPE, DE 14 DE ABRIL DE 2021**

EXECUÇÃO DE PENA DE MULTA NO SEEU.

- Projetos de resolução

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5 DO TJPE, DE 30 DE MARÇO DE 2021**

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PARA DISPOR SOBRE A ESTRUTURA INTERNA DO MEMORIAL DA JUSTIÇA.

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6 DO TJPE, DE 6 DE ABRIL DE 2021**

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E DE APTIDÃO PSICOLÓGICA POR PARTE DOS MAGISTRADOS, PARA FINS DE AQUISIÇÃO, REGISTRO, RENOVAÇÃO DE REGISTRO E TRANSFERÊNCIA DE ARMA DE FOGO.

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7 DO TJPE, DE 22 DE ABRIL DE 2021**

DISPÕE SOBRE O CADASTRO ELETRÔNICO DE TRADUTORES JURAMENTADOS E DE INTÉRPRETES -CETI, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TRADUÇÃO, VERSÃO E INTERPRETAÇÃO DE VOZ E DOCUMENTOS, NOS PROCESSOS JUDICIAIS, ALÉM DE CONTROLAR OS PAGAMENTOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9 DO TJPE, DE 22 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI A POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10 DO TJPE, DE 29 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Portarias

**PORTARIA Nº 24 DO TJPE, DE 9 DE ABRIL DE 2021**

RECOMENDA E ORIENTA MAGISTRADOS(AS) E CHEFES DE SECRETARIA ACERCA DO PROCEDIMENTO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS.

**PORTARIA Nº 5 DO TJPE, DE 19 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI A EQUIPE TÉCNICA DE APOIO AO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.

- Provimentos

**PROVIMENTO Nº 5 DO TJPE, DE 15 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI, EM OBSERVÂNCIA À DIRETRIZ ESTRATÉGICA NO 01-2021, DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, O PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DAS UNIDADES JUDICIAIS COM DESEMPENHO DEFICITÁRIO EM RELAÇÃO ÀS METAS DO CNJ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Resoluções

**RESOLUÇÃO Nº 449 DO TJPE, DE 5 DE ABRIL DE 2021**

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PARA CRIAR A COORDENADORIA CRIMINAL E A COORDENADORIA DE GOVERNANÇA DE DADOS.

**RESOLUÇÃO Nº 450 DO TJPE, DE 5 DE ABRIL DE 2021**

ALTERA O ART. 4º DA RESOLUÇÃO N. 313, DE 22 DE AGOSTO DE 2011, QUE INSTITUI A COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Instruções normativas

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 86 DO CNJ, DE 26 DE ABRIL DE 2021**

DISPÕE SOBRE A GOVERNANÇA E A GESTÃO NEGOCIAL DAS SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS DIGITAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

- Recomendações

**RECOMENDAÇÃO Nº 92 DO CNJ, DE 29 DE MARÇO DE 2021**

RECOMENDA AOS MAGISTRADOS QUE, À LUZ DA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL QUE LHES É ASSEGURADA, ATUEM NA PANDEMIA DA COVID-19 DE FORMA A FORTALECER O SISTEMA BRASILEIRO DE SAÚDE E A PRESERVAR A VIDA COM OBSERVÂNCIA DA ISONOMIA E DOS PRECEITOS VEICULADOS PELA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.

**RECOMENDAÇÃO Nº 93 DO CNJ, DE 6 DE ABRIL DE 2021**

RECOMENDA O USO DA PLATAFORMA DE GOVERNANÇA DIGITAL COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO (CONNECT-JUS).

### **RECOMENDAÇÃO Nº 94 DO CNJ, DE 9 DE ABRIL DE 2021**

RECOMENDA AOS TRIBUNAIS BRASILEIROS A ADOÇÃO DE MEDIDAS INCENTIVADORAS DA PRÁTICA DE GRAVAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS, COM VISTAS À MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

### **RECOMENDAÇÃO Nº 95 DO CNJ, DE 9 DE ABRIL DE 2021**

RECOMENDA AOS TRIBUNAIS BRASILEIROS ESTRITA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 224 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015), PARA QUE OS DIAS DO COMEÇO E DO VENCIMENTO DO PRAZO PROCESSUAL SEJAM PROTRAÍDOS PARA O PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE, SE COINCIDIREM COM DIA EM QUE O EXPEDIENTE FORENSE FOR ENCERRADO ANTES OU INICIADO DEPOIS DA HORA NORMAL.

- Portaria

### **PORTARIA Nº 111 DO CNJ, DE 9 DE ABRIL DE 2021**

INSTITUI O REGULAMENTO DO PRÊMIO PRIORIDADE ABSOLUTA, ANO 2021.

- Resoluções

### **RESOLUÇÃO Nº 383 DO CNJ, DE 25 DE MARÇO DE 2021**

CRIA O SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **RESOLUÇÃO Nº 385 DO CNJ, DE 25 DE MARÇO DE 2021**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS “NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **RESOLUÇÃO Nº 388 DO CNJ, DE 13 DE ABRIL DE 2021**

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS COMITÊS ESTADUAIS DE SAÚDE, FIXADOS PELA RESOLUÇÃO CNJ Nº 238/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## PODER EXECUTIVO

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Medidas provisórias

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.040 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DE 29 DE MARÇO DE 2021**

DISPÕE SOBRE A FACILITAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS, A PROTEÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS, A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR, O SISTEMA INTEGRADO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS, AS COBRANÇAS REALIZADAS PELOS CONSELHOS PROFISSIONAIS, A PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE PÚBLICO, A OBTENÇÃO DE ELETRICIDADE E A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - CÓDIGO CIVIL.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.046 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DE 27 DE ABRIL DE 2021**

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TRABALHISTAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

### GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

#### **DECRETO Nº 50.470 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 26 DE MARÇO DE 2021**

PRORROGA, ATÉ 31 DE MARÇO DE 2021, AS MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS PREVISTAS NO DECRETO Nº 50.433, DE 15 DE MARÇO DE 2021, EM FACE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, E ESTABELECE O RETORNO GRADUAL DESSAS ATIVIDADES, A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2021.

#### **DECRETO Nº 50.495 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 5 DE ABRIL DE 2021**

ALTERA O DECRETO Nº 50.470, DE 26 DE MARÇO DE 2021, QUE PRORROGA, ATÉ 31 DE MARÇO DE 2021, AS MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS PREVISTAS NO DECRETO Nº 50.433, DE 15 DE MARÇO DE 2021, EM FACE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, E ESTABELECE O RETORNO GRADUAL DESSAS ATIVIDADES, A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2021.

#### **DECRETO Nº 50.561 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 23 DE ABRIL DE 2021**

**MANTÉM MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS ATIVIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS, EM FACE DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, E DISPÕE SOBRE O RETORNO GRADUAL DESSAS ATIVIDADES, A PARTIR DE 26 DE ABRIL DE 2021.**

## PODER LEGISLATIVO

### CONGRESSO NACIONAL

- Leis ordinárias

#### **LEI Nº 14.128, DE 26 DE MARÇO DE 2021**

DISPÕE SOBRE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA A SER PAGA PELA UNIÃO AOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DE SAÚDE QUE, DURANTE O PERÍODO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL DECORRENTE DA DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-CoV-2), POR TEREM TRABALHADO NO ATENDIMENTO DIRETO A PACIENTES ACOMETIDOS PELA COVID-19, OU REALIZADO VISITAS DOMICILIARES EM DETERMINADO PERÍODO DE TEMPO, NO CASO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE OU DE COMBATE A ENDEMIAS, TORNAREM-SE PERMANENTEMENTE INCAPACITADOS PARA O TRABALHO, OU AO SEU CÔNJUGE OU COMPANHEIRO, AOS SEUS DEPENDENTES E AOS SEUS HERDEIROS NECESSÁRIOS, EM CASO DE ÓBITO; E ALTERA A LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.

#### **LEI Nº 14.131, DE 30 DE MARÇO DE 2021**

DISPÕE SOBRE O ACRÉSCIMO DE 5% (CINCO POR CENTO) AO PERCENTUAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM DESCONTO AUTOMÁTICO EM FOLHA DE PAGAMENTO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021; E ALTERA A LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

#### **LEI Nº 14.132, DE 30 DE MARÇO DE 2021**

ACRESCENTA O ART. 147-A AO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (CÓDIGO PENAL), PARA PREVER O CRIME DE PERSEGUIÇÃO; E REVOGA O ART. 65 DO DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS).

#### **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

#### **LEI Nº 14.138, DE 1º DE ABRIL DE 2021**

ACRESCENTA § 2º AO ART. 2º-A DA LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992, PARA PERMITIR, EM SEDE DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, A REALIZAÇÃO DO EXAME DE PAREAMENTO DO CÓDIGO GENÉTICO (DNA) EM PARENTES DO SUPOSTO PAI, NOS CASOS EM QUE ESPECIFICA.